



Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação no Rio Grande do Sul – Brasil (2017–2020): Proposições Teórico-Metodológicas

Leonardo Dorneles Gonçalves

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Brasil

Maria de Fátima Cossio

Universidade Federal de Pelotas – UFPel
Brasil



Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Brasil

Citação: Gonçalves, L. D., Cossio, M. F., & Peroni, V. M. V. (2026). Mapeamento das parcerias público-privadas em educação no Rio Grande do Sul – Brasil (2017–2020): Proposições teórico-metodológicas. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 34(59). <https://doi.org/10.14507/epaa.34.9025>

Resumo: Neste texto, apresentamos procedimentos e algumas considerações teórico-metodológicas sobre o mapeamento das parcerias público-privadas em educação nos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul (RS). A partir da perspectiva histórica e crítica, a pesquisa desenvolveu uma investigação exploratória junto aos *sites* oficiais do poder público, ao mesmo tempo em que, ao fazê-la, sistematizou os procedimentos do mapeamento como uma metodologia pertinente a esse tipo de pesquisa. Os resultados, disponíveis em um banco de dados *online*, permitiram identificar uma ampla atuação do setor privado junto à educação nos municípios do RS, especialmente no campo da formação de professores, na oferta de vagas na

educação infantil, na consultoria em gestão e na aquisição de materiais didáticos e/ou sistemas apostilados.

Palavras-chave: mapeamento; parcerias público-privadas; metodologia; educação

Mapping public–private partnerships in education in Rio Grande do Sul, Brazil (2017–2020): Theoretical and methodological propositions

Abstract: In this text, we present the procedures and some theoretical and methodological considerations regarding the mapping of public–private partnerships in education across the 497 municipalities of the state of Rio Grande do Sul. From a historical and critical perspective, the research developed an exploratory investigation based on official public-sector websites and, in the process, systematized the mapping procedures as a methodology relevant to this type of research. The results, made available in an online database, made it possible to identify a broad involvement of the private sector in municipal education in Rio Grande do Sul, particularly in the areas of teacher education, the provision of places in early childhood education, management consultancy, and the acquisition of teaching materials and/or standardized instructional systems.

Keywords: mapping; public–private partnerships; methodology; education

Mapeo de las alianzas público-privadas en educación en Rio Grande do Sul, Brasil (2017–2020): Propositiones teórico-metodológicas

Resumen: En este texto presentamos los procedimientos y algunas consideraciones teórico-metodológicas sobre el mapeo de las asociaciones público-privadas en educación en los 497 municipios del estado de Rio Grande do Sul. Desde una perspectiva histórica y crítica, la investigación desarrolló un estudio exploratorio a partir de los sitios web oficiales del poder público y, al mismo tiempo, sistematizó los procedimientos de mapeo como una metodología pertinente para este tipo de investigación. Los resultados, disponibles en una base de datos en línea, permitieron identificar una amplia actuación del sector privado en la educación municipal en Rio Grande do Sul, especialmente en los ámbitos de la formación docente, la oferta de plazas en la educación infantil, la consultoría en gestión y la adquisición de materiales didáticos y/o sistemas educativos estandarizados.

Palabras-clave: mapeo; alianzas público-privadas; metodología; educación

Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação no Rio Grande do Sul – Brasil (2017–2020): Proposições Teórico-Metodológicas

As pesquisas sobre políticas educacionais em geral e, em particular, os diferentes modos de privatização da educação (incluindo as PPPs), têm exigido de pesquisadores(as) e de intelectuais a construção de novas formas metodológicas, para que seja possível alcançar resultados mais qualificados e complexos. Esse imperativo relaciona-se às características atuais do capitalismo, cujas manifestações, em nosso país, segundo Lacerda (2019) e Santos e Pereira (2025), têm articulado o avanço do reacionarismo neoconservador ao domínio neoliberal enquanto expressão da crise do capital, desencadeando uma particular recomposição da dominação burguesa enquanto reação às recentes conquistas sociais, o que se materializa no enxugamento da dimensão social do Estado, na fragilização contratual entre capital e trabalho e na ampliação da privatização dos direitos básicos à vida humana.

Em particular, a hegemonia de práticas e de discursos sobre os diferentes modelos de privatização da educação – fenômeno próprio do estágio atual do capitalismo – coloca-nos frente a um cenário no qual grupos empresariais são incorporados como parte do poder público, indo além da simples execução de serviços e da concepção da atividade estatal e das políticas educacionais, configurando aquilo que Peroni (2023) denominam como “múltiplas formas de privatização da educação básica” (p. 6).

Ao considerar o amplo espectro privatista presente nas políticas educacionais, o propósito do artigo é apresentar procedimentos e algumas considerações teórico-metodológicas para a realização do mapeamento das PPP nas redes municipais de ensino do Rio Grande do Sul (RS), como uma das distintas formas de privatização da educação. A pesquisa foi desenvolvida e conduzida por grupos de 03 (três) universidades federais do sul do país, cujo objetivo foi mapear as parcerias público-privadas em educação nos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, no período de uma gestão municipal, compreendido entre 2017-2020, a fim disponibilizar seus resultados em um banco de dados de acesso público na internet.

Entre as motivações para a realização da pesquisa e socialização deste trabalho encontram-se o *know how* dos grupos na condução de outras pesquisas sobre PPP, por meio das quais foi possível identificar a escassez de informações sobre parcerias em educação nos municípios do RS; a necessidade de organizar e disponibilizar um banco de dados que apresente informações gerais sobre cada município do estado, números relativos à educação e dados sobre as PPPs firmadas em quatro eixos prioritários, definidos previamente com os orientadores da pesquisa, são eles: oferta de vagas da educação infantil, formação de professores/as, consultoria/assessoria em gestão e materiais didáticos e sistemas apostilados assim como a exigência de uma metodologia específica, capaz de apreender informações sobre as PPPs, garantindo a autenticidade dos dados, oferecendo subsídios para novas pesquisas e um panorama sobre o tema para a sociedade em geral.

Embora haja, no Brasil, alguns grupos de pesquisa¹ que se dedicam a este tipo de estudo, os quais também apresentam suas contribuições metodológicas, é importante salientar que o mapeamento necessita contemplar procedimentos próprios, que absorvam características locais, a fim de conhecer as formas específicas de atuação de entidades privadas no contexto da educação dos municípios. Logo, considerando a abrangência (público atendido pelas parcerias), a intensidade (recorrência com a qual as parcerias são firmadas), as redes privadas que se formam e a adesão do setor público, é salutar que mais estudos desse tipo sejam realizados.

O desenvolvimento da metodologia de mapeamento das PPPs está ancorado na concepção de práxis, conforme Vázquez (2011), o qual toma a teoria e a prática social de modo indissociável para a compreensão da realidade e de suas representações. A noção de práxis, baseada no método dialético como instrumento para elucidar os fenômenos sociais, parte da articulação metódica entre tese – antítese – síntese e cumpre papel elementar no contexto da metodologia de mapeamento. Significa que, ao assumir o desconhecimento das PPPs firmadas pelos municípios do RS (tese) e, por intermédio do estudo, investigações, levantamento de dados, definições conceituais e categorias (antítese), buscamos alcançar um novo patamar de entendimento acerca do tema e uma nova relação com o conhecimento sobre as parcerias (síntese). Assim, podemos dizer que o banco de dados e a metodologia produzida, além de serem legados fundamentais de uma investigação que durou 05 (cinco) anos, tendo início em 2019, constituem-se como uma nova síntese sobre as PPPs, rica em elementos para o debate científico e educacional.

Postos, assim, os elementos introdutórios do trabalho, organizamos o texto em três seções. Na primeira, abordamos aspectos conceituais em relação ao contexto político e social na atualidade, destacando o papel do Estado e do empresariado na formulação da agenda e da execução de políticas educacionais, bem como as condições legais e oficiais que propiciam a expansão das parcerias público-privadas junto à educação brasileira. Após, apresentamos, com mais detalhes, as técnicas e procedimentos utilizados no mapeamento, as quais possibilitaram a elaboração de uma metodologia específica para esse tipo de pesquisa. Por fim, analisamos alguns resultados obtidos no mapeamento das PPPs, com foco nos eixos já mencionados.

¹ Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais - GREPPE:
<https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>

O Contexto da Privatização da Educação na Agenda Atual do Capitalismo

Entendemos a relação entre o público e o privado como correlação de forças entre projetos societários em disputa, que envolvem a conquista da hegemonia via intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia² em seus projetos de classe³. Nesse sentido, o campo privado não é uma abstração, mas são sujeitos individuais e coletivos concretos, que se movimentam de acordo com seus interesses de classe em relação (Thompson, 1981), que disputam o conteúdo da educação, desde as pautas educativas mais amplas até o interior das escolas, com profundas implicações que colocam em risco a construção de uma sociedade democrática (Peroni, 2018). Democracia é aqui entendida como processo de democratização, isto é, “a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013, p. 1021), a ser reiterada como direito e vivenciada no cotidiano da vida em sociedade. Nessa direção, tomamos a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais como a materialização das correlações de forças que ocorrem na sociedade em um período particular⁴ do capitalismo.

Importa destacar que o movimento crescente de privatização da educação no Brasil, e, no caso deste estudo, no RS, precisa ser contextualizado, sobretudo na fase atual do capitalismo neoliberal. Segundo Puello-Socarrás (2008), tal período se reconfigura após a crise econômica de 2008, que, ao invés de enfraquecer o capitalismo, tornou-o mais forte, “El neoliberalismo hoy por hoy lejos de agotarse se reedita. Presenciamos alguna suerte de reactualización que se prolonga en el tiempo y en el espacio, tanto a nivel global como local” (p. 81).

Tal fortalecimento apresenta, no escopo das mudanças, a noção de empreendedorismo, a qual é radicalmente incorporada pelo Estado empreendedor que já não é mais o executor prioritário de políticas sociais, mas repassa-as para o indivíduo através da incorporação das responsabilidades, da meritocracia e da competitividade. Portanto, no estágio atual do capitalismo, há um deslocamento de princípios coletivos e democráticos, alinhados a pactos sociais de bem-estar social, tornando-os meramente individuais.

Essa perspectiva de Estado empreendedor é parte do projeto de reformas políticas e administrativas que consolidam novas práticas e discursos derivados do setor privado e são usadas como referência para organizações públicas em todas as esferas de poder, o que se relaciona com a ideia da Nova Gestão Pública (NGP). É importante destacar que a NGP ou Gerencialismo não é novidade no cenário nacional, na medida em que começou a ser implementada na esteira das reformas do Estado e levadas a cabo a partir da década de 1990, adquirindo maior expressão nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995–2003). Sob o argumento de modernização da máquina pública, buscou-se superar o modelo burocrático, entendido como centralizador, engessado e, portanto, ultrapassado. Naquele período, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob a gestão de Luiz Carlos Bresser-Pereira, quando os pressupostos e práticas do mundo empresarial passaram a fazer parte das orientações de mudanças no interior do setor público.

Na perspectiva da NGP, o Estado passa a assumir os mesmos princípios, formas de organização e práticas das instituições privadas, adotando reformas gerenciais e permitindo que o Estado exerça papel similar ao mercado, o que passou a ser possível através do controle exercido por mecanismos de gestão, o que significa menos Estado e mais governança.

Conforme Cossio (2018),

² Hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia na concepção de Gramsci (1989).

³ Conforme Thompson (2012) “[...] classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a maneira pela qual a máquina trabalha” (p. 169).

⁴ A partir de Lukács (1978) Particular entendido como mediação na análise “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular” (p. 112).

A reforma gerencial visa a adotar, no setor público, o modelo organizacional e de gestão utilizado pelas grandes corporações da iniciativa privada, ou seja, busca inserir na raiz do sistema público conceitos e práticas voltados à eficiência, à eficácia, à competitividade, e à administração por objetivos, meritocracia e demais concepções oriundas de um meio em que a finalidade é a obtenção de lucro e, portanto, dispensa pouca atenção para as finalidades sociais (p. 68)

Para a autora, “o governo empreendedor (GE) é complementar à perspectiva gerencial, cujas ideias foram utilizadas com maior intensidade nos Estados Unidos” (Cóssio, 2018, p. 68), na década de 1980 e, posteriormente, expandiram-se para outros países como o Brasil, na intenção de transformar uma instituição pública burocrática em uma organização pública racional e eficaz.

A governança, por sua vez, refere-se à coordenação política e à permeabilidade do Estado na articulação com outros atores públicos e não públicos. Para Shiroma (2016), a governança atende à lógica de desestatização, sob o argumento de que, para fazer frente às demandas impostas neste atual contexto do capitalismo, é necessário coordenar suas ações a partir da articulação com outros Estados, instituições públicas e privadas, organismos internacionais, entidades do mercado e com toda a sociedade. Nesse cenário, a sociedade civil⁵, definida por Fontes (2018) “como conjunto de aparelhos privados de hegemonia – um dos terrenos da luta de classes em sociedades capitalistas modernas” (p. 201), passaria a representar os anseios das populações atendidas pelo Estado, sendo, portanto, apta a participar das decisões e ações políticas, não raro substituindo o setor público em áreas de atuação que antes eram exclusivamente dele.

Reis (2013) descreve que o termo *governance* foi abordado pela primeira vez em um material produzido por Ronald Coase, denominado “*The Nature of the Firm*”. Nele, a autora apresenta as ferramentas utilizadas pelas empresas, cuja finalidade é a redução de custos. Mais tarde, em 1975, o conceito ganhou maior formalidade a partir do trabalho de um economista estadunidense chamado Oliver Williamson, o qual escreveu o livro *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*.

Assim,

Sob o argumento de modernização da máquina pública, com o intuito de torná-la mais efetiva e eficaz, as instituições das diferentes esferas de governo são instadas a adotar padrões de organização e funcionamento próprios da área privada, dentre eles a noção de rentabilidade, competitividade, concorrência, desfigurando, em alguns casos, o próprio papel institucional e suas funções. (Cóssio, 2018, p. 69)

Portanto, a noção mesma de instrumentos de modernização do poder público, sob a justificativa da necessária atualização da máquina estatal, tem por base dois fundamentos que dialogam com a particularidade e atualidade histórica do capitalismo em crise. De um lado, as instituições do capital impõem-se como modelo para o funcionamento da máquina pública, atuando por dentro dos espaços de poder e na concepção das ações administrativas do Estado. De outro, fazem-na com a finalidade de tornar, efetivamente, as instituições de Estado um reflexo do mundo dos negócios e seus interesses, impondo a lógica do empreendedorismo a todas as esferas da vida social, o que não ocorre de forma desinteressada, mas atende à imposição das classes dirigentes e seu *modus operandi* a toda sociedade como fenômeno supostamente neutro e natural. Por isso, Cunha (2021) ressalta que o papel do

⁵ Refere-se, também, ao termo genérico adotado para a diferenciação entre instituições públicas de estado, setor privado e aquelas que são organizadas por grupos ou classes sociais, reconhecidamente chamadas de terceiro setor. Nele, atuam as organizações da filantropia empresarial representadas por fundações, institutos, ONGs, OSCIPs, centro etc.

empreendedorismo e do homem empresarial, na atualidade do capitalismo, serve como mistificação da luta de classes.

Nessa visão, ideologicamente, o indivíduo empreendedor estaria acima das classes sociais, uma vez que todos têm de ser educados para a função empreendedora, bastando, para isso, ter força de vontade, determinação, flexibilidade, iniciativa, visto que o indivíduo é o único responsável por sua vida.

Sobre esse aspecto, Puello-Socarraz (2008) sublinha, ainda, o empreendedorismo como funcional aos valores de mercado para solucionar as mazelas das desigualdades sociais, isto é, como uma saída para resolver o desemprego estrutural com o qual convivemos. Tal lógica seria um caminho viável, devido à responsabilização individual pela produção de sua vida, facilitada pela flexibilização das relações de trabalho, oportunizando maior liberdade, mesmo que isso seja a negação de direitos trabalhistas⁶.

O contexto de mudanças originadas na crise do capitalismo vai impor profundas implicações ao funcionamento do Estado, o qual passa a conviver com a função definidora de políticas e, ao mesmo tempo, controlador de resultados, fomentando, assim, a ideologia do empreendimento que formaliza o deslocamento, para o indivíduo, das responsabilidades que seriam do poder público. Dardot e Laval (2017) destacam que a crise passa a ser a justificativa para aumentar as restrições das políticas sociais, ocorrendo o que chamam de desdemocratização. Na mesma linha, Brown (2019) relembra a afirmação de Margaret Thatcher: de que “não existe tal coisa como a sociedade” e conclui, afinal: “há apenas indivíduos e suas famílias” (p. 141). Assim, o foco é o individualismo e as famílias em contraposição ao social e ao coletivo.

Essa racionalidade tem implicações para a democracia, pois “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valorização e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (Brown, 2019, p. 17). Com a devastação das políticas sociais, a desigualdade torna-se um verdadeiro barril de pólvora e a resposta apresentada pelo capital tem sido, entre outros fenômenos, o neoconservadorismo. Para Brown (2019), há particularidades que caracterizam o neoconservadorismo que estão além de ser funcional ao capital, as quais constituem-se como forças radicalmente antidemocráticas que demonizam todas as manifestações de cunho social, pois possuem excessiva valorização da moralidade tradicional, tendo os mercados como modelo para a dinâmica da vida pública, o que desintegra a sociedade enquanto constructo coletivo, dando lugar à razão neoliberal com viés fortemente conservador. Dessa forma, a desfiliação social apresentada pelo neoliberalismo e neoconservadorismo, como expressão da própria crise capitalista, criará condições para que as funções públicas, exercidas pelas instituições de Estado, sejam conduzidas sob a lógica radical do mercado, reprimindo severamente a todos que a ela se opõem.

É justamente nesse contexto de crise que a inserção de princípios, como empreendedorismo, nova gestão pública e governança corporativa, possibilita um ambiente adequado para que avancem as múltiplas formas de privatização em geral e, em particular, as parcerias público-privadas em educação⁷. Como veremos, os processos de privatização do

⁶ A ideologia do empreendedorismo tem proporcionado contradições graves na realidade brasileira. Nos últimos meses, o governo federal busca regulamentar (PLP 12/2024) que versa sobre o “trabalhador autônomo por plataforma”, isto é, a atividade profissional de motoristas e entregadores por aplicativo, o que encontra resistência entre os trabalhadores. Embora a proposta assegure alguns direitos importantes, os trabalhadores argumentam que as empresas devem repassar o ônus, o que tornará o custo mais elevado a ser pago pelos próprios profissionais. No fundo, uma regulamentação que não protege o trabalho da exploração, fazendo com que motoristas e entregadores optem por não ter direitos, contraditoriamente.

⁷ No caso da Política Educacional brasileira é preciso dizer que, no mínimo, há 20 anos, o empresariado nacional abandonou a tese do estado mínimo e vem direcionando as ações em seu favor. Desde a criação do movimento “Todos pela Educação” e o plano de metas (Decreto Lei n. 6.094/2007) que leva o seu nome, o capital, por dentro do Estado, controla a educação do país.

público podem ocorrer via execução, direção e direção/execução (Peroni, 2018), em que o setor privado atua com base em ordenamento jurídico estabelecido, sobretudo após a aprovação da Lei 13.019/2014, que se constitui no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), adotando formatos como Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação com instituições privadas pelos setores públicos para: a) atender a oferta da educação infantil; b) formulação de políticas públicas; c) inserção sobre a gestão, currículo e processo de avaliação das escolas públicas, por meio de consultorias, assessorias, materiais didáticos e outros.

Assim, ao considerar as diferentes formas de privatização que convivem no ambiente público e os modos mais sofisticados de introdução do conteúdo que interessa ao setor privado no contexto da agenda pública educacional, bem como as estratégias do capital em um ambiente de crise que se materializam na atuação do setor privado na rede pública, através de sujeitos individuais e coletivos⁸ e o conteúdo de suas propostas, produzimos um mapeamento das parcerias público-privadas em educação na totalidade dos municípios do RS (2017 a 2020), cuja metodologia será apresentada a seguir.

Importa ressaltar, ainda, que a escolha do estado do RS e, em especial, o período entre 2017–2020 (corresponde ao tempo de um governo municipal) ocorreu em virtude da ampliação dos processos de privatização da educação pública no estado, com adesão de várias redes municipais, o que foi identificado através de pesquisas realizadas anteriormente pelas universidades do RS. As reformas no estado do RS foram ampliadas a partir de 2019, quando o governador Eduardo Leite propõe e implementa mudanças alinhadas aos princípios da NGP e da Governança, focando na eficiência por meio da reestruturação do Estado, promovendo alterações nas carreiras, redução de cargos e funções, privatizações, PPPs e outras medidas sintonizadas à lógica mercantil. Sob diferentes formas, a reforma do estado também afetou os municípios do RS e, conseqüentemente, as suas redes de ensino.

Metodologia de Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação

Em geral, a caracterização metodológica mais precisa para este mapeamento refere-se ao estudo exploratório, desenvolvido através da interação e buscas na internet, com técnicas de pesquisas *online* utilizadas para coletar dados gerais e educacionais, bem como notícias relativas às parcerias público-privadas em educação em todos os municípios do Rio Grande do Sul, tendo como campo de coleta, prioritariamente, os sítios eletrônicos oficiais⁹. Para tanto, o estudo exigiu a mobilização de diversos pesquisadores, participantes de 3 (três) grupos de pesquisas de distintas universidades, cabendo-lhes a responsabilidade de efetuar a coleta e a organização dos dados, o que evidencia o trabalho coletivo como um fundamento atribuído ao estudo, sem o qual os resultados não seriam alcançados, conforme será demonstrado a seguir.

Antes, porém, cabe lembrar alguns pontos que orientaram o trabalho e foram importantes para a obtenção dos resultados¹⁰. A definição do objetivo da pesquisa foi crucial para a construção metodológica, ficando, assim, estabelecido: “Realizar um mapeamento de parcerias público-privadas em educação nos municípios do estado do Rio Grande do Sul no período de 2017 a 2020, enfocando a abrangência, intensidade, formas de atuação e relações das PPPs existentes com a caracterização geral e educacional locais”, tendo em vista a produção de

⁸ Sujeitos individuais e coletivos na perspectiva de Thompson (1981).

⁹ Entende-se por sítios eletrônicos oficiais aqueles coordenados por instâncias e instituições de Estado, como governo federal, estadual, municipal e autarquias ou fundações regidas pela normatização e princípios do serviço público.

¹⁰ O itinerário do mapeamento foi motivado pela dificuldade de acesso às informações sobre as parcerias público-privadas em educação nos municípios do RS. Em que pese a Lei 12.527/2011 determinar que o acesso às informações nem sempre estão ao alcance objetivo da cidadania. Por isso, as buscas passaram a ser feitas junto aos sítios eletrônicos dos municípios.

um banco de dados de acesso público disponível na *internet*. A partir disso, foi elaborado um conjunto de descritores e/ou eixos da pesquisa que foram utilizados nas buscas junto aos sítios eletrônicos oficiais, conforme exposto:

Eixos da Pesquisa: Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria/Assessoria em Gestão; Formação de professores; Materiais Didáticos ou Sistemas Apostilados. Os dados que caracterizaram PPPs, mas não se enquadraram nesses eixos, foram agrupados como “Outras Parcerias”.

Descritores: Parcerias; Convênios; Acordos; Sistemas Apostilados; Materiais Didáticos; Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria ou Assessoria em Gestão; Formação de professores; Gestão Escolar; Gestão Educacional.

Diante disso, foi importante a rigorosa atenção quanto aos procedimentos de coleta das informações. Devido às diferentes modelagens dos sítios eletrônicos e, em muitos casos, a carência de funcionalidades que facilitariam a procura, fez-se necessário construir diferentes técnicas para obtenção dos dados. Então, a partir dos objetivos e da persistência diante de resultados adversos, como foi o caso da aparente inexistência de informações em sítios eletrônicos de algumas prefeituras municipais, foi possível encontrar conteúdos até então tratados como perdidos ou ausentes, qualificando, assim, os resultados da pesquisa.

No transcorrer da pesquisa e diante de uma ampla diversidade de notícias encontradas, foi preciso elaborar uma definição mais acurada sobre as parcerias público-privadas em educação, acolhendo as diferentes formas de atuação que elas engendram no contexto dos municípios do RS. Para tal, considerando os estudos de (Adrião & Peroni, 2005; Peroni, 2018; Peroni & Caetano, 2016; Peroni et al., 2013) e especialmente as características das informações presentes nas notícias, passamos a entender que as parcerias público-privadas em educação relativas aos eixos principais da pesquisa (Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria/Assessoria em Gestão; Formação de professores; Materiais Didáticos ou Sistemas Apostilados) podem ser consideradas como relações entre o setor público e privado que se caracterizam como processos contínuos de inserção da lógica empresarial e mercadológica na educação pública, com ou sem transferências de recursos financeiros, formalizados ou não através de contratos, termos, acordos, etc. Isso porque, a partir dos dados, verificamos a existência de relações entre as prefeituras e o setor privado – através de empresas, fundações, institutos, associações, centros – onde são empregados, no conteúdo das atividades, temas que atendem as pautas do empresariado sem que haja, necessariamente, a formalização contratual ou mesmo transferências de recursos públicos para as instituições. Aliás, em alguns casos são as empresas que custeiam as ações, obrigadas pela lei de responsabilidade social como ação mitigadora de suas atividades produtivas. A despeito disso, significa que as atividades do poder público municipal junto à educação básica, em muitos casos, têm sido conduzidas pela lógica privada, através de mecanismos gerencialistas e como expressão do exercício de uma sofisticada forma de governança, conforme tratado anteriormente (Cóssio, 2019).

Após definidos os pontos basilares da pesquisa, o trabalho metodológico atuou de forma concomitante em algumas frentes. De um lado, procedeu-se a busca por informações¹¹ que permitissem a caracterização geral e educacional dos municípios do RS no período mencionado, agrupando, em planilha Excel, os dados sobre a população, eleições, partidos no poder, índice Gini, produto interno bruto, número de escolas, matrículas, orçamento executado em educação, entre outros. Para isso, consideramos, como fonte, as informações públicas, disponibilizadas em portais oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Tribunal Regional Eleitoral do RS, Censo Escolar, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

¹¹ Em parte, a pesquisa contou com a colaboração de um programador, o qual produziu mecanismos de extração das informações junto aos portais e o preenchimento automático das planilhas. Contudo, alguns dados foram preenchidos manualmente, como, por exemplo, os valores dos orçamentos executados em educação (SIOPE).

Teixeira – INEP, Sistemas de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, Sistema do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil – DATASUS e Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

De outro, com a elaboração de um questionário¹² na plataforma Google Forms, organizado em 18 seções, buscamos levantar dados sobre a gestão educacional dos municípios e das escolas, a existência formal de parcerias público-privadas em educação com foco nos eixos da pesquisa, bem como sobre as instituições, recursos financeiros investidos e as ações que estariam previstas. Em que pese o rigor presente na elaboração do instrumento e a aplicação piloto junto a alguns municípios, a adesão por parte das secretarias municipais de educação não atingiu 10% da quantidade total de cidades¹³, acarretando na inviabilidade do questionário e na procura de novas técnicas para acessar as informações.

Entretanto, encontrar uma nova técnica de pesquisa não foi uma tarefa simples. Havia a preocupação de que a fonte dos dados tivesse legitimidade inquestionável, tal qual seriam as respostas esperadas no instrumento anterior. Também, seria preciso valeremo-nos dos pronunciamentos institucionais realizados por representantes do poder público, o que seria inviável se dependesse de entrevistas e das visitas *in loco* a todos os municípios¹⁴. Dessa forma, optamos pela utilização das informações públicas contidas nos sites, as quais foram tomadas como oficiais, considerando o princípio da publicidade que rege a administração pública¹⁵. Embora a prioridade tenha sido os sítios eletrônicos das prefeituras, não se descartaram os conteúdos encontrados em redes sociais institucionais efetivadas em plataformas digitais ou mesmo em jornais eletrônicos, desde que, nestes espaços, fossem disponibilizadas as informações pelas próprias prefeituras, através de seus perfis institucionais.

Depois de escolhido o ambiente de busca, foram tomadas duas decisões importantes. A primeira tratou dos métodos a serem utilizados para encontrar as notícias que mencionaram a existência de parcerias público-privadas em educação. Nesse sentido, foram considerados dois contextos, definindo, assim, uma técnica para cada um deles. No RS, existem diversos modelos de sítios eletrônicos geridos pelas prefeituras, organizados de diferentes formas, exigindo dos/as pesquisadores/as uma determinada flexibilidade para acessar os dados. Diante disso, para aqueles sítios que possuem a funcionalidade “busca” ou “buscar notícias”, foram aplicados os descritores, definidos os períodos e obtidas as notícias, as quais passaram a ser analisadas. No caso de sites que não oferecem a ferramenta de busca, a técnica utilizada foi visualizar todas as notícias desde o ano inicial (2017) até o ano final (2020), desenvolver a leitura flutuante dos títulos, identificar, com base nos descritores, as possíveis parcerias e realizar análise das notícias.¹⁶

Logo que definidos os conteúdos em potencial, foi convencionada a estrutura de organização dos dados, isto é, o que, concretamente, seria considerado de cada notícia selecionada. Para isso, foi estabelecido que as informações deveriam ser tabuladas em planilha de Excel, destinando 1 (uma) linha para cada notícia e extraíndo delas as seguintes informações: nome do município, data da parceria, data da notícia, eixo da pesquisa, instituição privada, ação realizada, objetivo da ação, data de início da atividade, data do fim da atividade, recursos públicos

¹² O material encontra-se disponível para consulta em https://docs.google.com/forms/d/1w-UryVdUXYgdC-uy4YJFdsPIIp-oZxO4AUo4RILjiec/viewform?edit_requested=true

¹³ O Rio Grande do Sul possui 497 municípios, entretanto a pesquisa obteve 46 respostas. Ainda que o questionário tenha sido enviado com um vídeo explicativo, as devolutivas foram insuficientes. O vídeo encontra-se na plataforma *YouTube* disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XRtybV5iuyE>.

¹⁴ A pesquisa não contou com recursos próprios nem com nenhum tipo de financiamento.

¹⁵ Lei n. 9784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública.

¹⁶ É importante lembrar que a pesquisa considera os dados entre 2017 e 2020, isto é, o período de uma gestão municipal. Ocorre que, em havendo alteração do grupo político no poder, também pode acontecer mudanças na exposição das notícias na *web*. Em alguns casos, as notícias do período supracitado foram excluídas, inviabilizando o acesso e colocando em suspenso o princípio da publicidade. Por isso, todas as notícias coletadas foram salvas em formato pdf.

ou contrapartidas do poder municipal, abrangência¹⁷ e as URLs (links) das páginas onde os conteúdos foram encontrados. Assim postos, os dados permitiram alguns enfoques importantes, como a abrangência, intensidade e as formas de atuação do setor privado junto ao poder público.

Ao considerar que, entre as notícias mapeadas, encontram-se informações fundamentais sobre as parcerias público-privadas em educação, chamamos a atenção para um aspecto. Em geral, os municípios do RS fazem um uso restrito dos sítios eletrônicos no que se refere ao conteúdo das notícias, utilizando, por vezes, uma linguagem sucinta; por outras, personificada, deixando transparecer que o público interessado nas informações entenderá a mensagem, porque compreende o seu contexto. Inúmeras notícias indicaram a existência de parcerias, mas a carência de dados limitou a tabulação. Não há uma avaliação de que houve comprometimento da pesquisa por esse motivo, mas fazemos o destaque como um limite que se impõe às pesquisas na/pela internet.

Embora exista essa limitação, determinado *know how* foi construído pelos/as pesquisadores/as a partir das características dos *sites*, tamanho, localização do município e importância econômica no contexto regional, enriquecendo as experiências para realizar buscas mais detalhadas e, na maioria dos casos, obtendo sucesso.

Sem dúvida, a fase mais duradoura foi a coleta de dados relativas às notícias, devido ao número elevado de municípios, quantidade de notícias e precariedade dos sites em relação à existência das ferramentas de buscas. Assim, cientes da importância do uso de informações fidedignas/oficiais, analisamos a possibilidade de confrontar as notícias mapeadas com documentos comprobatórios (contratos, acordos, termos) para que não pairassem dúvidas sobre a formalização das parcerias. Diante desse contexto, foram iniciadas as buscas em um portal denominado Licitacon – Cidadão¹⁸, onde se encontram todos os contratos/acordos/termos/convênios assinados pelos municípios, referente às parcerias, compras de serviços, materiais, oriundos de processos licitatórios previstos em lei específica. No Licitacon, a ferramenta de busca está disponível, por isso foi possível fazer a pesquisa dos documentos comprobatórios, considerando os descritores, eixos da pesquisa e o período estipulado. Os conteúdos foram tabulados em planilha *Excel*, contendo os seguintes dados: nome do município, data da parceria, eixo da pesquisa, instituição privada, ação realizada, objetivo da ação, período da atividade, recursos públicos ou contrapartidas do poder municipal, abrangência e links de acesso à informação. Aqui, como na fase anterior, os documentos foram salvos em formato pdf.¹⁹

Após concluída a fase de coleta de dados, com um grande volume de notícias selecionadas, passamos a etapa de verificação e conferência final do conteúdo da planilha de notícias. Essa ação foi necessária devido às modificações ocorridas nos sítios eletrônicos das prefeituras – por conta das eleições de 2020 e, em alguns casos, alternância do poder – quando muitos links estavam inválidos, comprometendo a confiabilidade dos dados. Assim, procedemos à revisão de todas as informações, atualizando as URLs e demais inconsistências encontradas, inclusive junto aos *sites* em que não foram verificadas notícias vinculadas às parcerias público-privadas em educação anteriormente. Assim, todo o conteúdo foi revisto, ficando pronto para ser conduzido ao banco de dados²⁰.

A coordenação do trabalho coletivo, envolvendo 3 (três) diferentes grupos, proporcionou a produção de conhecimentos necessários à prática da pesquisa. São saberes

¹⁷ Devido aos limites do trabalho, não podemos apresentar todas as definições relativas às informações requeridas nas notícias. Contudo, nessa pesquisa, consideram-se, por “abrangência”, os sujeitos da ação que foi desenvolvida e a quantidade de participantes. Por exemplo: “40 professores da rede municipal de ensino” ou “Estudantes de 03 escolas municipais”.

¹⁸ Disponível em <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/?p=50500:1>

¹⁹ Devido à elevada quantidade de informações encontradas no Licitacon, o que exigiria um tempo maior para sua conferência, os dados obtidos nesse portal não foram incluídos no banco de dados da pesquisa.

²⁰ O banco de dados encontra-se disponível em ppp.ufpel.edu.br

elaborados a partir da construção e da reflexão, capazes de conduzir a novos conhecimentos científicos e a novas sínteses, tão importantes para o campo da pesquisa em educação. Disso, destacamos a importância de plataformas geridas pelo poder público, atualizadas periodicamente, que disponibilizam informações capazes de orientar a elaboração de políticas públicas. Por outro lado, avaliamos que os municípios podem oferecer um tratamento mais qualificado às informações disponibilizadas, para não negligenciar dados – como vimos no caso da baixa adesão ao questionário – e, sobretudo, às notícias relativas às ações promovidas por alguns municípios. Transparência e publicidade, além de princípios legais, oferecem qualidade ao serviço público e favorecem a participação popular.

A criação deste instrumento metodológico para o mapeamento das PPPs, permitiu-nos conhecer a abrangência, intensidade e formas de atuação das parcerias público-privadas em educação nos municípios do RS, oferecendo uma ferramenta de acesso às informações a todos aqueles que buscam a qualidade social junto à educação pública. Tanto a metodologia de mapeamento quanto o banco de dados constituem-se em um material abrangente, o qual poderá ser utilizado por pesquisadores de várias áreas, principalmente àqueles que constituem o campo das pesquisas em políticas educacionais, permitindo, dessa forma, amplas análises a partir de técnicas como Etnografia de Redes (Ball, 2014), Análise de Redes, Netnografia (Kozinets, 2014), Ciclo de Políticas (Mainardes, 2006), entre outras.

As Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do RS (2017 – 2020): Análise Preliminar dos Dados

Conforme mencionado na seção anterior, o banco de dados fornece elementos que propiciam diferentes combinações que podem ser objeto de uma análise mais detalhada de pesquisadores/as de várias áreas, com importante impacto nas políticas educacionais, servindo, inclusive, como campo de estudos para gestores públicos. Ressaltamos que, para atender ao objetivo geral da pesquisa que, além de mapear as parcerias público-privadas em educação junto aos municípios do RS (2017 a 2020), buscou-se enfocar a abrangência, a intensidade, as formas de atuação e as relações das PPPs existentes com os dados gerais e educacionais, a partir dos eixos já apresentados.

Assim, ao levar em conta os dados relativos às notícias mapeadas nesta seção, apresentamos, preliminarmente, as informações mais abrangentes sobre as PPPs, bem como algumas considerações específicas das parcerias em cada eixo da pesquisa²¹. O aprofundamento analítico de cada tema, tão necessário ao conteúdo da investigação, poderá ser feito a partir da disponibilidade de todas as informações contidas no banco de dados.

A pesquisa evidenciou que 67, 2% dos municípios do estado do RS estabelecem algum tipo de parceria com o setor privado. Das 1.374 notícias encontradas sobre PPPs, a formação de professores concentra o maior número de parcerias (492), com atividades que envolvem o currículo, vinculado à implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica, mas também ações que visam ao engajamento docente em um campo que foi denominado pelos grupos de pesquisas responsáveis pelo mapeamento de “lógicas subjetivas” que se referem à atividades formativas voltadas aos docentes da educação básica, cujo foco envolve conteúdos motivacionais, individualistas e, em alguns casos, religiosos.

Além disso, a formação de professores é o eixo que desponta com maior intensidade nos 20 (vinte) municípios com maior quantidade de parcerias, seguido de consultoria/assessoria em gestão educacional/escolar, oferta de vagas na educação infantil e, por fim, com registros em 5 (cinco) municípios, verificamos, também, a aquisição de material didático e sistemas apostilados. O item “outras parcerias” é o eixo que apresenta o maior número de atividades

²¹ Conforme já exposto, o banco de dados apresenta dados gerais e educacionais relativos aos municípios, os quais não serão abordados devido aos limites exigidos ao artigo.

mapeadas e, por isso, conforme referido anteriormente, decidimos inseri-lo por se tratar de um número expressivo de informações que possibilitam apreender a complexidade das relações entre as redes públicas e os sujeitos/instituições privadas, materializadas nas ações promovidas pelos agentes privados envolvidos.

Em relação aos sujeitos privados, o Sistema Cooperativo de Crédito (Sicredi) é a instituição com mais intensidade entre os parceiros privados nos municípios do Estado do RS (Gráfico 01), atuando em várias áreas, principalmente através do “Programa A união faz a vida” (PUFV). Da mesma forma, identificamos parcerias desta instituição nos eixos de consultoria em gestão, formação de professores e material didático. Também, chama atenção a presença de 5 (cinco) instituições ligadas ao “Sistema S” entre as 10 (dez) organizações privadas com o maior número de parcerias estabelecidas.

De outro modo, é possível observar que os municípios com maior número de parcerias são de pequeno porte, em termos populacionais²². A partir disso, é possível inferir que tal recorrência em municípios menores pode estar relacionada às estruturas organizacionais enxutas, com corpo técnico-pedagógico reduzido, por conseguinte o aceno de entidades privadas com propostas de melhoria dos indicadores educacionais torna-se atrativa.

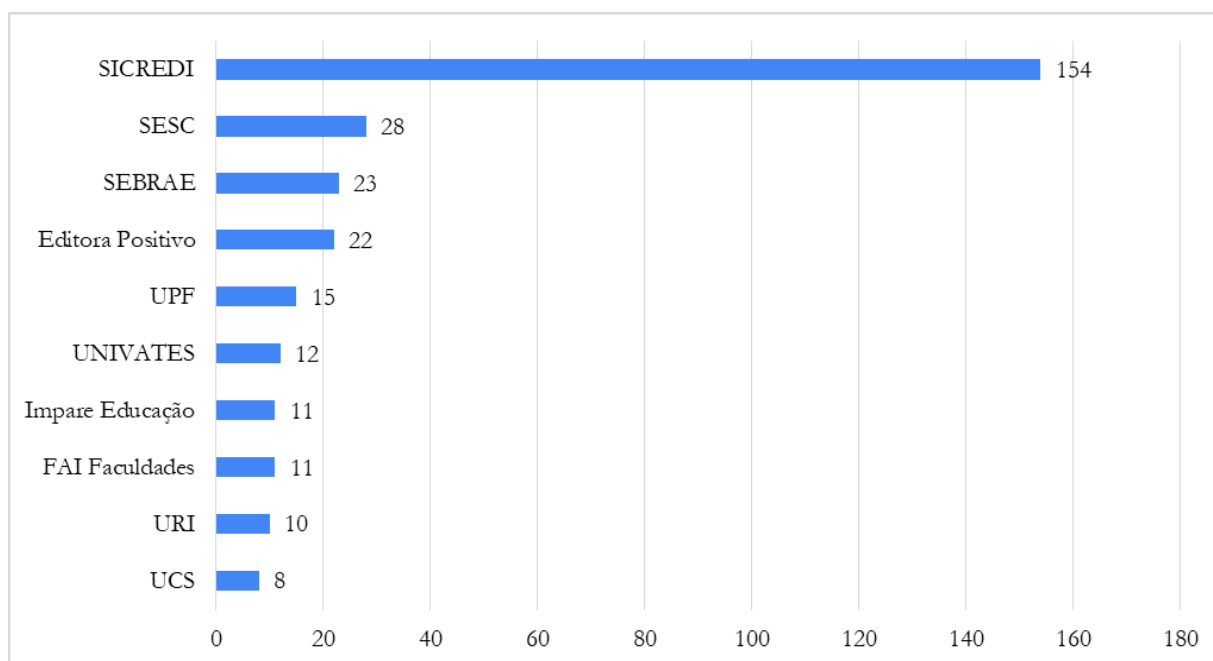
A seguir, destacamos alguns dados observados durante a pesquisa às notícias referentes aos 5 (cinco) eixos da pesquisa.

Formação de Professores

Entre os eixos que integram o *corpus* de análise da pesquisa, a formação de professores é aquele com um número maior de notícias encontradas, abarcando atividade em 193 municípios do RS. No Gráfico 1, apresentamos as instituições privadas que têm maior atuação neste eixo.

Gráfico 1

Instituições Privadas com Maior Quantidade de Parcerias na Formação de Professores



²² Conforme o Censo Demográfico, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são considerados municípios de pequeno porte (I e II) aqueles que, em termos populacionais, não ultrapassam 50 mil habitantes. No RS são, aproximadamente, 437 cidades que se enquadram nessa faixa.

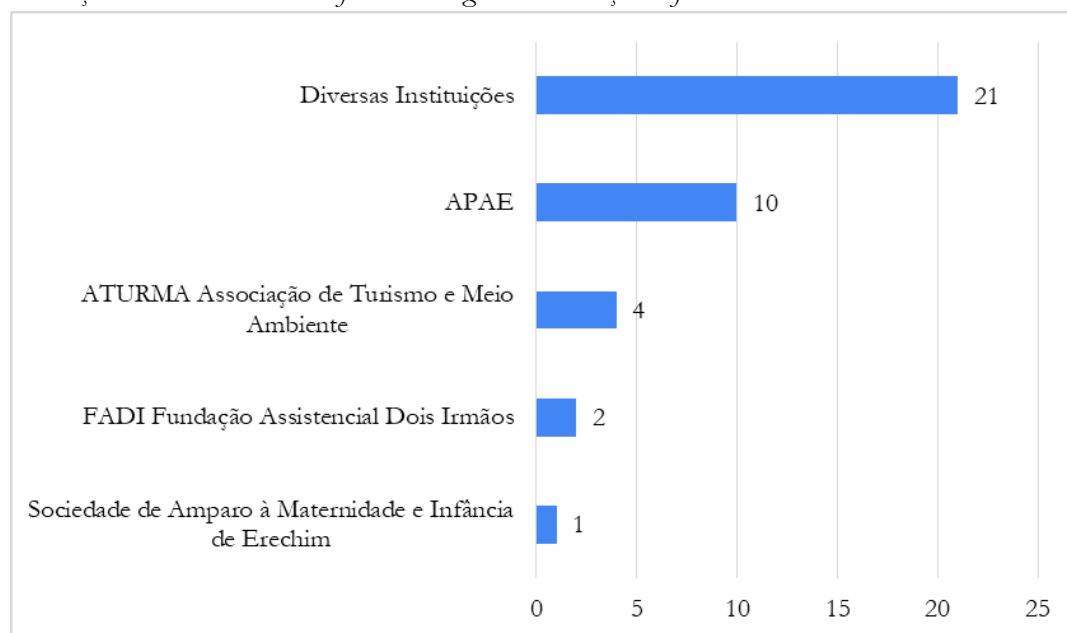
Importante ressaltar que, entre as 1.374 notícias coletadas, 492 referem-se às parcerias na formação de professores²³, o que corresponde a 35,8% do total de PPPs mapeadas. Considerando as notícias compiladas neste eixo, podemos, preliminarmente, dividi-las em duas seções: a) ações relacionadas diretamente ao mercado; b) atividades desenvolvidas com base em lógicas subjetivas. Na primeira seção, destacamos a venda de serviços privados com princípios mercadológicos como cooperativismo empreendedor, resultados educacionais, tecnologia, metodologias ativas, protagonismo, educação financeira, liderança. Na segunda, elencamos as propostas relacionadas à autoajuda (como espiritualidade e meditação), eventos motivacionais e formações para as competências e habilidades socioemocionais. Em que pese a predominância de instituições privadas reconhecidas por sua atuação junto às redes e sistemas de ensino, a pesquisa também identificou um número elevado de pequenas instituições, as quais atuam junto à formação de professores, principalmente em municípios com baixa população.

Oferta de Vagas na Educação Infantil

Em relação à Oferta de Vagas na Educação Infantil, foram mapeadas as notícias relativas às PPPs em 35 municípios. Em geral, a efetivação das parcerias ocorre para atender a demanda por matrículas nessa etapa e, em alguns casos, o atendimento educacional especializado. No Gráfico 2, apresentamos as instituições com maior número de parcerias neste eixo.

Gráfico 2

Instituições com Parcerias em Oferta de Vagas na Educação Infantil



Em relação à oferta de vagas na educação infantil, há uma particularidade que merece ser contextualizada. Entre os sujeitos privados com maior número de parcerias, podemos perceber a existência de um conjunto de instituições com menor expressão, as quais agrupamos devido à sua semelhança e as denominamos como “Diversas Instituições”. A partir do levantamento das notícias, podemos identificar uma quantidade expressiva de instituições que estabelecem convênio ou outras formas contratuais com as prefeituras. Entretanto, diferentemente do eixo anterior, a oferta de vagas na educação infantil envolve sujeitos privados locais, os quais, conforme estudo de Ceccon e Drabach (2020, p. 1) tem promovido “adequações político-normativas na (re)constituição das instituições sem fins lucrativos, com vistas a ampliar o

²³ O eixo refere-se, hegemonicamente, à formação continuada de professores/as.

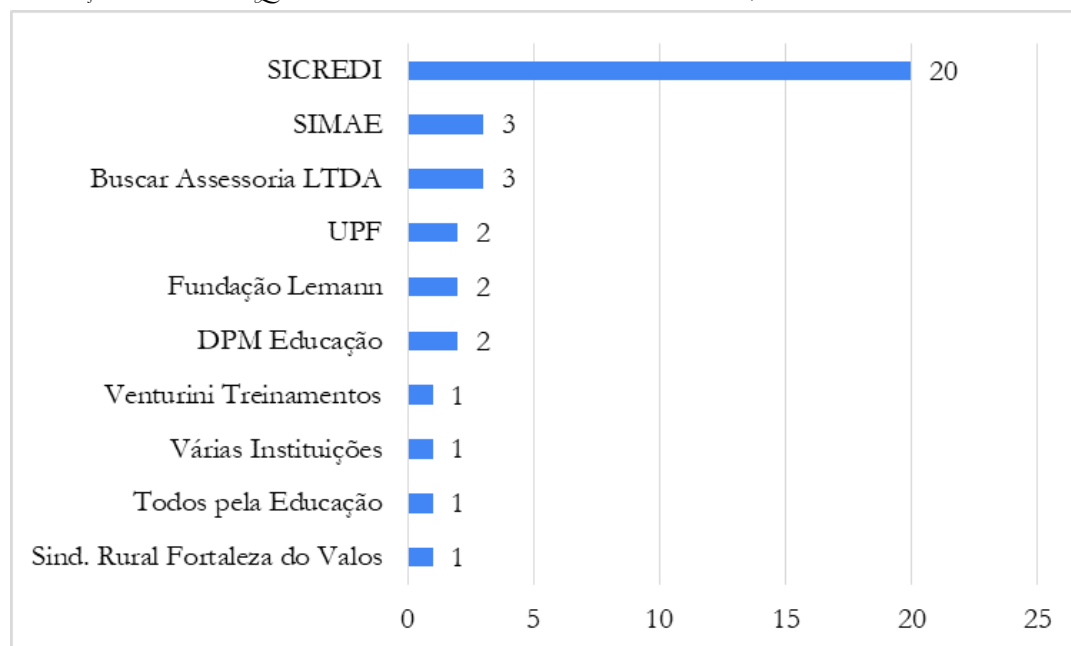
atendimento às demandas de EI”. Isto é, a necessidade de vagas para atendimento de crianças tem provocado rearranjos legais junto às instituições, cuja finalidade é torná-las aptas para o estabelecimento de parcerias em um contexto mais definido, o que evidencia uma característica específica dessa forma de PPP.

Consultoria/Assessoria em Gestão

As parcerias público-privadas em educação mapeadas como “Consultoria/assessoria em Gestão” totalizaram 53 notícias ao longo do período pesquisado, em 38 municípios. Por se tratar de uma temática estratégica para o mundo dos negócios, as consultorias em gestão têm sido facilmente encontradas entre as parcerias estabelecidas com as redes e escolas municipais do RS, cuja finalidade é a efetivação da lógica gerencial (Cóssio, 2019) isto é, a incorporação dos princípios da administração empresarial na dinâmica de funcionamento das instituições públicas. No âmbito da educação escolar, essa racionalidade tem sido conduzida pela gestão de resultados, materializada na elevação dos índices de aprendizagem mensurados pelas avaliações em larga escala. O Gráfico 3 elenca as instituições com maior número de parcerias no período da pesquisa.

Gráfico 3

Instituições com Maior Quantidade de Parcerias no Eixo Consultoria/assessoria em Gestão



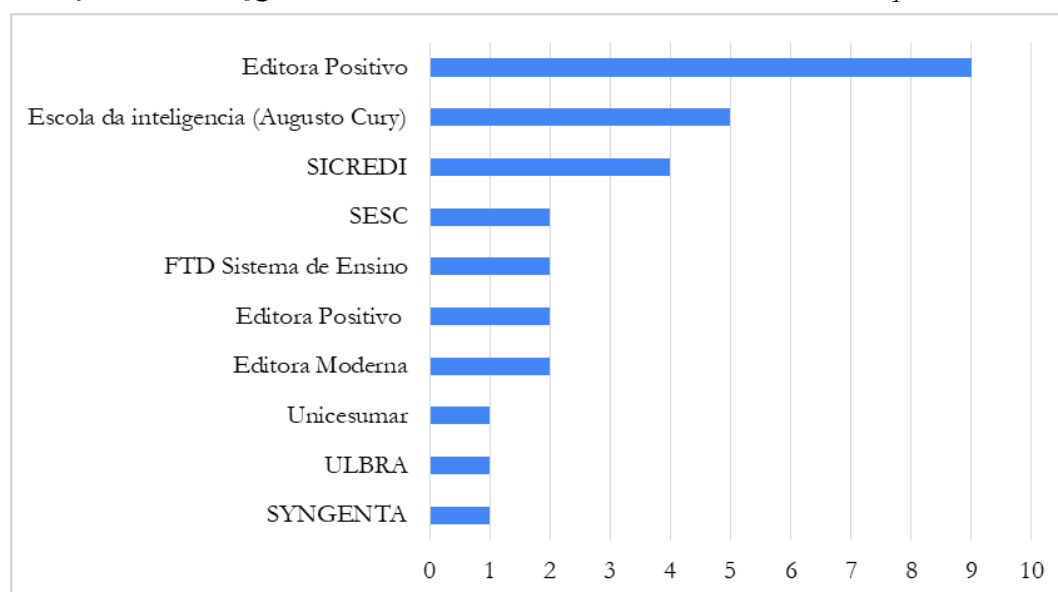
Sob o signo do fetiche da gestão (Valle e Leite, 2018), depreende-se que o enfoque na gestão, a partir dos sujeitos privados acima identificados, é visto como um meio aparentemente neutro que coloca a ação dos/as gestores/as em busca de indicadores mais elevados de aprendizagem, ainda que restrinja as condições de trabalho ao mínimo possível, tratando a prática pedagógica como um simples insumo. A partir dessa lógica, as atividades desenvolvidas neste eixo priorizaram capacitações para o uso de sistemas de gestão da informação, como o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, auxiliar no planejamento escolar, implementação de projetos que atendam problemas específicos das redes de ensino, até capacitações voltadas para gestores escolares, incidindo sobre o formato da gestão, em geral identificado com os princípios do mercado, fragilizando os processos de democratização da escola.

Materiais Didáticos e Sistemas Apostilados

Por material didático, entendemos o conjunto de materiais voltados a subsidiar o processo de ensino, sendo que sistemas apostilados de ensino implicam um tipo de material “padronizado produzido para uso em situações de ensino condensando determinado volume de conteúdos curriculares compilados e organizados em textos, explicações e exercícios, distribuídos em blocos” (Adrião & Garcia, 2010, p. 01). Em relação às parcerias efetuadas neste eixo, foram identificadas um total de 29 notícias em 37 municípios do RS. As principais instituições que logram neste eixo, encontram-se no Gráfico 4.

Gráfico 4

Instituições com Maior Quantidade de Parcerias - Materiais Didáticos e Sistemas Apostilados

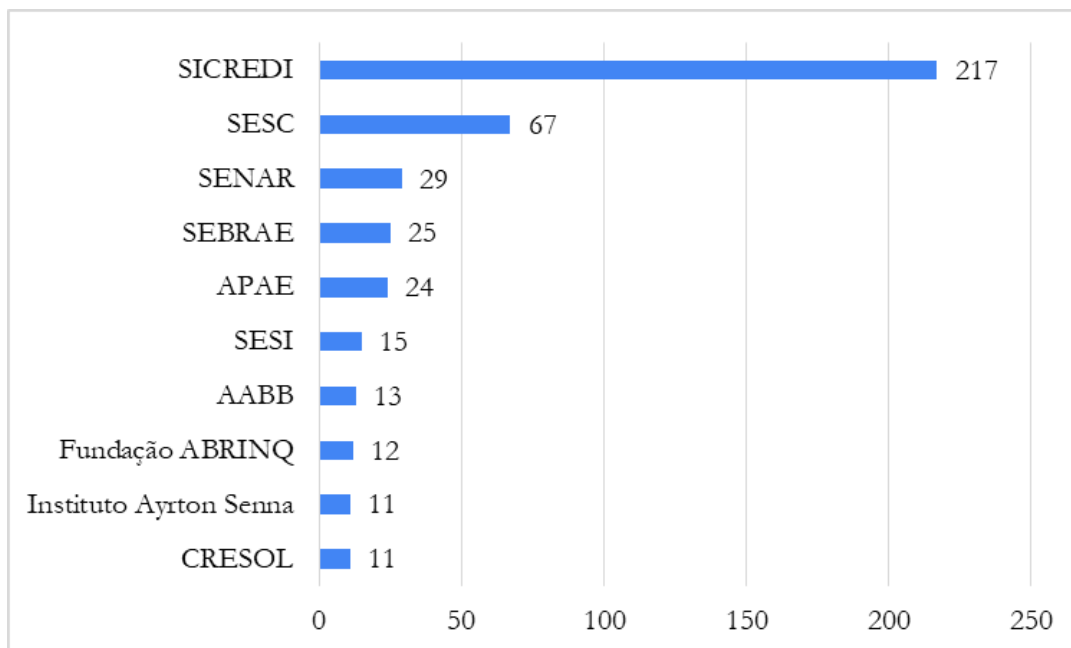


Embora possam ser observadas empresas privadas que tradicionalmente vendem seus produtos para as redes e sistemas de ensino, como é o caso da Editora Positivo, Editora FTD Educação e Editora Moderna, destacamos a Escola da Inteligência²⁴, uma instituição que tem ganhado cada vez mais espaço junto às redes públicas, apresentando um material voltado para a educação das emoções como meio para uma suposta melhoria dos índices de aprendizagem. Aliás, a difusão ideológica dos sistemas privados de ensino (sistemas de apostilamento) tem tido uma ampla adesão por parte dos municípios, justamente por prometerem solucionar o impasse da qualidade do ensino, mensurada pelas notas das redes municipais no Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Outras Parcerias

As notícias que não oferecem caracterização para os eixos anteriores foram reunidas e denominadas como Outras Parcerias. A partir da diversidade das ações mapeadas bem como o elevado número de parcerias identificadas é onde se encontram a maior intensidade e abrangência relativa à presença do setor privado junto à educação pública municipal. Nesse sentido, as ações envolvendo o setor privado estão presentes em 243 municípios do RS (2017 – 2020), e as instituições com maior incidência estão listadas no Gráfico 5.

²⁴ A escola da inteligência é propriedade de Augusto Cury, conhecido psiquiatra e escritor brasileiro, que promove palestras para diversos públicos, inclusive professores/as.

Gráfico 05*Instituições com Maior Quantidade de Parcerias no Eixo Outras Parcerias*

Sobre Outras Parcerias, dois aspectos merecem destaque. Embora seja possível evidenciar a forte presença do Sistema Cooperativo de Crédito (Sicredi), chama atenção o protagonismo de instituições ligadas ao “Sistema S”, o qual desenvolve atividades ligadas à sua especificidade econômica. Esse é um traço importante, uma vez que recoloca tais instituições como articuladoras entre o setor público e o privado, justamente por se tratar de sistemas que, em algum grau, são financiados e controlados por instituições de estado²⁵. Inclusive, essa inserção tende a contribuir para legitimar a incorporação das lógicas privadas no ambiente da educação pública.

Outro destaque refere-se aos tipos das atividades promovidas, bem como o público prioritário. As “Outras Parcerias” são ações realizadas por instituições privadas que focalizam a atuação diretamente com estudantes, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, abordando temas atomizados e contribuindo para um processo de despolitização dos alunos (Gonçalves & Puccinelli, 2017). Entre os assuntos abordados, encontram-se eventos lúdicos envolvendo diversos temas, como agricultura, uso racional da água, economia de energia elétrica, preservação ambiental, mostra de projetos em parceria com empresas (Sicredi), entre outros. Os temas mais voltados para os estudantes do ensino fundamental (regular e educação de jovens e adultos), são programação, robótica, educação financeira, empreendedorismo, cooperativas escolares e jovem aprendiz, os quais, também, encontram-se entre os mais noticiados.

Considerações Finais

No momento de elaboração da pesquisa e deste trabalho, convivemos com uma explícita radicalização dos processos de privatização da educação, sobretudo das parcerias público-privadas, no contexto da reestruturação do papel do Estado em decorrência da reorganização do

²⁵ O Sistema S desenvolve uma série de atividades de interesse público e, por isso, é destinatário de recursos para-fiscais, distribuídos pela Receita Federal do Brasil. Por conta disso, esse sistema é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União, pois necessita atender uma série de requisitos em suas prestações de contas, bem como a seleção de pessoal.

modelo neoliberal após a crise do capital de 2008. Tais mudanças acenam para o aprofundamento da adoção, no interior das organizações públicas, de princípios e de práticas próprias do mundo corporativo, sob a argumentação da necessidade de alinhamento às demandas de modernização do setor, inserindo novos agentes, notadamente não públicos, na formulação da agenda, na elaboração de políticas e na execução de ações, entre elas as parcerias. Assim, caracterizando-se pela intervenção no conteúdo da educação, por meio de consultorias, formação de professores, ofertas de materiais didáticos, entre outros, essas parcerias materializam a expansão da formação de um tipo específico de sujeito, adequado à força de trabalho requerida pelo mercado e ao modelo de sociedade almejado por esses grupos privados.

Neste ínterim, a criação de uma metodologia para mapeamento de parcerias público-privadas junto aos municípios do RS representa a tentativa de conhecer a intensidade, a abrangência e a diversidade das formas de atuação do setor privado junto à educação pública. Em que pese a sua sistematização metodológica apresentar um grau elevado de rigorosidade, seja na definição dos procedimentos adotados, seja no tratamento oferecidos aos achados, a metodologia para o mapeamento de PPP é uma ferramenta em aprimoramento, justamente porque as formas de privatização são extremamente voláteis, exigindo, a qualquer momento, a adoção de novas técnicas de buscas e sistematização.

Por fim, ao organizar os eixos que permitem analisar os dados, os quais possibilitam inúmeros outros cruzamentos a critério dos objetivos dos pesquisadores que farão uso do banco de dados e dos propósitos de gestores públicos, as informações trazidas colocam elementos para a análise e para a avaliação das políticas educacionais no contexto do RS. Logo, são esses elementos que tornam perceptíveis o projeto de educação e de sociedade que está em curso, por meio de sujeitos e instituições identificadas com o mercado, o que fragiliza a concepção de educação e de gestão pública com fins emancipatórios e para todos(as).

Referências

- Adrião, T. & Peroni, V. (2005) Público não-estatal: Estratégias para o setor educacional brasileiro. In T. Adrião & V. Peroni (Orgs.), *O público e o privado na educação: Interfaces entre estado e sociedade* (pp. 137-153). Xamã.
- Ball, S. (2014). *Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. UEPG.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. Editora Filosófica Politeia.
- Ceccon, M. L. L., & Drabach, N. P. (2020). As instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil. *Educação em Revista*, 36(1), 1-17. <https://doi.org/10.1590/0102-4698231107>.
- Cóssio, M. F. (2018). A nova gestão pública: Alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. *Educação*, 41(1), 66–73. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29528>
- Cóssio, M. F., & Scherer, S. (2019). Governança em rede e parcerias público-privadas em educação no estado do RS. *Revista Contrapontos*, 19(2), 72-92. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n2.p71-92>
- Cunha, O. A. (2021). *Capital-imperialismo e organização da cultura: O papel da Fundação Roberto Marinho na busca do consenso capitalista (1977-2021)*. [Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense], Programa de Pós Graduação em História Social. <https://www.historia.uff.br/academico/pt-br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/?page=10>
- Fontes, V. (2006). A sociedade civil no Brasil contemporâneo: Lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: J. C. F. Lima & L. M. W. Neves (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo* (pp. 201-240). Editora FIOCRUZ.

- Garcia, T., & Adrião, T. (2010) Sistema Apostilado de Ensino. In *Dicionário “Trabalho, profissão e condição docente”*. Rede Gestrado. <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=400>.
- Gonçalves, L. D., & Puccinelli, V. R. (2017). A reforma do Estado e o avanço neoconservador: Impactos no caráter público da educação. *Revista Pedagógica*, 19(42), 66–82. <https://doi.org/10.22196/rp.v19i42.4013>
- Gramsci, A. (1989) *Maquiavel a política e o estado moderno*. (7. ed.). Civilização Brasileira.
- Kozinets, R. (2014). *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Penso.
- Lacerda, M. (2019) *O novo conservadorismo brasileiro: De Reagan a Bolsonaro*. Editora Zouk.
- Laval, C. & Dardot, P. (2017). *La pesadilla que no acaba nunca*. Gedisa Editorial.
- Lukács, G. (1978). *Introdução a uma estética marxista*. Civilização Brasileira.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27(94), 47-69. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>
- Peroni, V. M. V. (2013) Relações entre o público e o privado na educação básica brasileira: implicações para processos de democratização. *Políticas Educativas*, 7(1), 92-109. <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/50935>
- Peroni, V. M. V. (2018). Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. V. Peroni, P. Lima & C. Kader (Orgs.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação* (pp. 93-104). Oikos.
- Peroni, V. M. V., & Caetano, M. R. (2016). O público e o privado na educação – Projetos em disputa? *Retratos da Escola*, 9(17), 337-352. https://periodicos.uff.br/revistamovimento_teste/article/view/20945
- Puello-Socarrás, J. F. (2008). *Nueva gramática del neo-liberalismo: Itinerários teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas*. Universidad Nacional de Colombia.
- Reis, I. (2013) Governança e regulação da educação: perspectiva e conceitos. *Educação, Sociedade e Culturas*, (39), 101-118. <https://doi.org/10.34626/esc.vi39.316>
- Santos, C. C. de F., & Pereira, R. da S. (2024). Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. *Retratos da Escola*, 18(42), 815-831. <https://doi.org/10.22420/rde.v18i42.2229>
- Shiroma, E. (2016) Redes de políticas públicas e governança da educação: Pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. *Relatório de Pesquisa*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um Planetário de Erros*. Zahar.
- Valle, K. F., & Leite, J. L. (2018). Contrarreforma do Estado e gerencialismo: Novo fetiche, velha proposta. *Serviço Social e Sociedade*, (131), 109-129. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.133>
- Vásquez, A. S. (2011) *Filosofia da práxis*. Expressão Popular.

Sobre o Autores

Leonardo Dorneles Gonçalves

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

dorneles05@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8093-8493>

Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciado em Pedagogia e Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Professor do Instituto de Educação área de Políticas Públicas da Educação – na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Ppgedu - Furg). Líder do Grupo de Estudos em Políticas

Educacionais – Geducação (Furg/Cnpq). É pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação – Gepefi (Uem/Cnpq) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – NEPPE (Ufpel/Cnpq). É membro da Rede de Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação - Relaaape. Coordena a pesquisa “As Parcerias Público-Privadas como Política Educacional: fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos” (2023-2026) com apoio do Cnpq/Fapergs. É membro do conselho editorial da revista *Momento: diálogos em educação*, Qualis A4. (Furg/Ppgedu). Desenvolve estudos sobre Estado, Políticas Educacionais, Privatização da/na Educação, Ensino Médio e suas relações com as mudanças no mundo do trabalho.

Maria de Fátima Cossio

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

cossofatima13@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1730-6877>

Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Vinculada ao Departamento de Ensino da Faculdade de Educação, na Linha de Pesquisa 3: Currículo, Políticas Públicas, Profissionalização e Trabalho Docente, atua em cursos de Graduação/Licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Orienta Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. É Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais/NEPPE/CNPQ. É integrante da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (Relaaape). Possui Graduação em Pedagogia, Especialização em Alfabetização, Mestrado e Doutorado em Educação na linha de pesquisa em Gestão e Políticas de educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Pós-Doutorado na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais e Trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina/Ufsc. Tem livros e artigos publicados sobre políticas educacionais, com ênfase em gestão educacional (básica e superior), Governança educacional, Nova Gestão Pública e processos de privatização da educação, com centralidade nas parcerias público-privadas, formação docente (básica e superior).

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

veraperoni@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6543-8431>

Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como professora visitante na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordena do GPRPPE (Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação). É líder do Diretório Grupo de Pesquisa Estado e políticas públicas de Educação Básica. Participa da Rede Latino-americana e Africana de pesquisadores em privatização da educação. (Relaaape). Coordena a pesquisa “A relação público-privado em países latino-americanos: Sujeitos e conteúdo da proposta”, financiada pelo CNPq.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 34 Número 59

23 de junho 2026

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído, e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser

encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton College for Teaching and learning Innovation, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu
